

## Sinais de Romanização na Torre de Lapela – Monção

Carlos A. Brochado de Almeida

### ABSTRACT

The Lapela Tower is the only remaining element of a medieval castle built in the meridional bank of Minho River and dismantled by the end of the 17th and beginning of the 18th century. An archaeological intervention made in the perimeter of the ancient wall discovered the medieval foundation and, beyond it, evidential proofs of roman's ceramic construction, probably connected with a *fanun* or *caponae*.

### INTRODUÇÃO

A freguesia e paróquia de São Lourenço de Lapela é uma pequena aldeia do concelho de Monção localizada na berma do Rio Minho. A população actual não ultrapassa as três centenas de moradores os quais vivem, essencialmente, da agricultura e dos serviços, já que se situa a escassos 6 km da sede do concelho, único centro com capacidade para assegurar um certo tipo de empregabilidade em algumas léguas em redor (Fig. 1). Tempos houve em que a pesca foi parte integrante do seu sustento - a lampreia, o sável e o salmão são as espécies mais nobres entre tantas outras que coabitam nas águas frias deste rio - mas a poluição, a alteração dos caudais e as condições climáticas tornaram esta actividade residual, sendo já raros os pescadores que labutam no Rio Minho.

A origem da freguesia, como tantas outras, não tem uma data precisa, sabendo-se unicamente que remonta às origens do reino de Portugal. A sua referência mais antiga está nas Inquirições de 1258 e é nelas que vamos beber uma das mais importantes referências à passagem que ali havia no Rio Minho. Na parte final de um curto texto dedicado àquela freguesia, diz-se textualmente que na “*Lapela filiam portagem pora el Rey*” e os seus moradores iam em *anuduva*, isto é, prestavam serviço de manutenção no castelo a que estavam adstritos e que no caso vertente era o da Pena da Rainha. Por outras palavras, naquele sítio havia uma passagem sujeita ao pagamento de portagem, sendo bem provável que ali já houvesse algum tipo de estrutura que protegesse a passagem.

Nada mais que natural que o rei tivesse interesses na travessia do Rio Minho nesta freguesia da Lapela. Ali pagavam portagem os que faziam a travessia, mas também acostavam os pequenos barcos que podiam subir o rio com mercadorias. Referências a tal actividade não há muitas, mas se recordarmos a informação remetida pelo pároco para as Memórias Paroquiais de 1758, percebe-se que eram, sobretudo, os militares quem mais se serviam do rio como forma se transportar bens de primeira necessidade para as guarnições da raia. Entre eles estavam as munições, o pão e outros bens enviados a partir de Vila Nova de Cerveira que “*nececita este termo e o de Valldares e Melgaço e também Galiza*” sendo dali encaminhadas, as de interesse militar, para as guarnições de Monção, Valdares e Melgaço (Capela, 196-197).

A ausência de pontes ao longo do percurso internacional do Rio Minho; implicava que a ligação entre as duas margens se fizesse das duas únicas maneiras então possíveis: vau e barca de passagem.

Vaus, havia vários ao longo de toda a fronteira húmida, conhecendo-se entre Valença e Monção, pelo menos, o de Careixas e um outro mais junto a Lapela, o Vau das Estacas. O primeiro está documentado nas Inquirições de 1258, o segundo na Crónica de D. João I, da autoria de Fernão Lopes.

De acordo com o texto da dita Inquirição, o abade do mosteiro de São Fins de Friestas – este couto, que foi instituído por D. Afonso Henriques, estendia-se até à margem do Rio Minho - tinha de defender a dita passagem com homens de armas sempre que os reinos de Portugal e de Leão estivessem em guerra e os leoneses pretendessem atravessar o Rio Minho entre Monção e Valença: “*se a guerra veer antre Leom et Portugal, o abade deste davandito Moesteiro cum todo seu Couto am a guardar cum armas o vao de Carexi*” (PMH, Inq. 1ª Alç., 368).

O *Vau das Estacas*, esse foi palco de uma travessia infeliz das tropas portuguesas na ponta final das campanhas das Guerras da Independência, quando o rei português iniciou a recuperação das fortalezas da fronteira do Minho que se tinham ajuramentado a Dona Beatriz, filha de D. Fernando. A hoste portuguesa, que era comandada pelo próprio monarca, ao pretender atravessar o rio para cercar Tuy, teve grande perda de homens e animais na travessia do dito vau: “*E chegando per acerqa de Momçaom, pediram a Dioguo Guomez dAbreu, Alcaide daquele luguar, que mandase huu seu escudeiro, que chamavam Fernam dAires, que lhe fose mostrar o vao... e chegaram ao vao das estaças, que naquele luguar era damcho*” (Lopes, II, 366-368). Foi, certamente, neste mesmo sítio que Nuno Álvares Pereira pretendeu passar, para ir em peregrinação a Santiago de Compostela, por altura das suas campanhas no Minho nas Guerras da Independência. Diz a Crónica de D. João I que o Condestável, depois de recuperar, sem luta, as vilas de Caminha, Vila Nova de Cerveira e outros povoados menores, chegou às margens do Rio Minho onde se aposentou numa “*boa aldeia acerqua dele*”. Sabedor da sua presença, o comando militar de Monção, que também estava por Castela, enviou ao Condestável um mensageiro solicitando-lhe clemência, porque eles também eram “*verdadeiros portugueses herão e queryão ser*”. O corolário deste episódio terminou com o retorno de Monção à observância portuguesa, mas não sem antes o cronista declarar: “*Hora fique o Comde é esta aldeya cuidadoso asaz pera burcar vao, e nos vamos por elRey a Coimbra e traguamolo ao Porto*” (Lopes, II, 18).

Várias foram as barcas de passagem entre a foz do Rio Minho em Caminha e Cristóval em Melgaço. Era o meio mais usual de travessia em qualquer curso de água, sempre que não havia a possibilidade de o fazer de outra forma.

A mais célebre das barcas do Rio Minho foi a de Valença. Fazia-se já com a administração romana, porque esta nunca dotou a Via XIX de uma ponte e tão pouco os que lhe sucederam no controle do território o fizeram. A primeira travessia fixa, leia-se ponte, só foi inaugurada em 1886 e com uma dupla função: via férrea no tabuleiro inferior e trânsito pedonal e carrário na superior (Oliveira, 1978, 130-131).

Antes da sua construção, a travessia fazia-se de barco. A mais antiga notícia acerca de uma barca de passagem no Rio Minho, em frente a Tuy, remonta ao tempo da rainha D. Teresa. Foi ela quem a concedeu ao Bispo e Cabido da Sé de Tuy, em 1125: “*nullus habeat navem condicticiam in portu Tuda exceptis vobis*” (DMP, DR, I, 88).

A barca de Tuy compreendia dois tipos de embarcação. A maior destinava-se ao transporte de carros, animais e mercadorias; a mais pequena levava somente pessoas. Para além desta, ainda havia uma outra, que era propriedade da vila de Valença e estava atracada ao cais da Veiga do Ouro, sítio onde desde tempos recuados desembocava a via romana XIX. Para além destas, havia também as de Amorim e de Moimenta, mais a de Salvaterra em frente a Monção (Marques, 1997,

101), que é provavelmente aquela que vem referida em 1793 no Livro de Acordãos da Câmara de Monção: “*Em/verno a Bordava a Barca da Passagem/ deste reyno pera o de galiza*” (AMMAC, Livro dos Acordãos, 1793, fl. 141 e 141v).

## O CASTELO DE LAPELA SEGUNDO DUARTE D’ARMAS

O castelo de Lapela desenhado por Duarte d’Armas é uma construção onde alguns dos ingredientes da arquitectura gótica estão em evidência e cujo melhor exemplo é a torre de menagem erguida fora do circuito amuralhado do castelo (Fig 2). De acordo com as regras da filosofia militar de então, a torre foi construída no exterior do recinto pentagonal, adossada ao pano da muralha, provavelmente para defender a porta principal do castelo que veio a ser transferida para outro ponto na altura em que foram introduzidas reformas na estrutura primitiva. Aliás esta maneira de construir nem era nova, pois está patente em castelos que sofreram grandes transformações no reinado de D. Dinis e posteriormente em alguns dos seus sucessores (Barroca, 1998, 814-815).

A torre de menagem, que é a única parcela que restou do castelo da Lapela, tem uma altura de 22 varas ou seja 24,20m. Tem planta rectangular – 9,90 x 9,90m – e interiormente está dividida em quatro andares com ligação entre si através de uma escada de madeira. O único acesso ao interior está ao nível do 1º andar, através de uma porta de tendência ogival, que conserva ainda, na pedra de fecho, as armas de D. Pedro I. As restantes aberturas são simples frestas abertas nas paredes dos três sobrados mais elevados, pois o compartimento do rés-do-chão não possuía qualquer comunicação com o exterior.

O acesso normal à torre de menagem fazia-se através de um adarve construído sobre o muro que também o era de uma torre em forma de trapézio. Esta, com as medidas de 5,30 x 4,50m, era uma das duas torres que integrava o sistema defensivo. A outra tinha por missão proteger o acesso à água.

De acordo com uma das estampas de Duarte d’Armas, esta torre tinha duas frestas por andar. Uma estava orientada para o Rio Minho e por inerência para a torre de captação de água; da outra via-se o espaço situado entre a torre e a couraça. Sendo um importante ponto estratégico, nada mais natural que a sua defesa fosse potenciada com a construção de um balcão no topo da torre, assente em três matacões e dois orifícios para a efectuação de tiro directo (Fig 3 e 5).

Se tivermos presente a funcionalidade dos diversos compartimentos do castelo parece-nos que este seria o paiol do castelo, pela ligação rápida que tinha com a torre de menagem e pela facilidade que se podia estabelecer com todo o anel defensivo. A sua importância estratégica era de tal ordem, que a sua defesa era assegurada por três balcões assentes em matacões: dois orientados para o espaço interior e um terceiro para o lado de fora da fortaleza.

Preparados para a execução de tiro vertical, estes balcões encontram paralelos no castelo de Melgaço e foram uma das modalidades de defesa activa mais promissoras introduzidas nos castelos medievais já no século XIII (Barroca, 1998, 817). Como exemplos claros da defesa activa, neste caso específico, eles foram colocados em lugares de maior necessidade defensiva. A sua função primordial foi travar a aproximação ao interior do recinto e muito em particular, a defesa da porta da torre de menagem. Como corolário diremos que a progressão até esta torre fazia-se a partir de uma escada internamente adossada à muralha postada no ângulo da torre de captação de água. A sua largura e os seus balcões são dois paradigmas da arquitectura militar gótica portuguesa (Barroca, 1998, 814).

A torre de menagem é uma construção de “*quatro faces articuladas em ângulos rectos*” como o ordenava a cartilha militar românica (Barroca, 1998, 814) e tem paralelos bem próximos, sobretudo no castelo de Melgaço (Almeida, 2003, 52-55). Assenta directamente no granito, que constitui a base geológica do sítio e por se tratar de uma construção alta e massiva, houve necessidade

de abrir rasgos para assentamento das primeiras fiadas, dispostas de maneira a dar a ilusão de um alicerce escalonado. As paredes, com uma espessura na ordem das 2 varas ou seja 2,20m, foram construídas com silhares de granito de tamanhos diferentes, por norma rectangulares, dispostas em fiadas pseudo-isódomas. O processo de erosão a que a torre tem estado sujeita e que tem originado a destruição da face picada das pedras mais expostas, tem contribuído para o desaparecimento de siglas, que poderiam não cobrir a totalidade das pedras. Por outro lado convém ter presente que uma parcela dela foi objecto de grande restauro, após a derrocada ocorrida em 1835.

Adossadas à torre de menagem havia nada mais que três tipos de estruturas: uma construção voltada a sul, um muro voltado a norte e uma torre orientada para nascente.

O compartimento postado a sul da torre tinha a forma de um rectângulo irregular: 14,30m de comprimento, 3,30m de largura no pano nascente e 3,90m no lado oposto. É de presumir que a altura rondasse os 14 m. Esta relativa certeza colhemo-la na planta deixada por Duarte d'Armas que representou um muro coroado de merlões ligeiramente abaixo da torre que faz parte do complexo habitacional. O acesso a este compartimento, que não sabemos se era coberto, encontrava-se ao nível do rés-do-chão, a meio do espaço situado entre o ângulo sudoeste da torre e a escada de acesso a um provável adarve, porque era por ele que se chegava à construção central, localizada sobre o arco em frente à porta principal.

A área habitacional propriamente dita era constituída por uma construção rectangular assente sobre um amplo arco de volta inteira, que estava em ligação directa com a porta principal do castelo. A ladear esta construção havia duas torres cobertas que rematavam em merlões e em telhados de quatro águas.

Analisada a planta, não há qualquer dúvida que a área habitacional, com 11,90m de comprimento e sensivelmente 3,30m de largura, distribuía-se por dois andares – *sala de dous sobrados* escreveu Duarte d'Armas - separados por um sobrado de madeira, com ligação directa para as torres que a adossavam. A iluminação era conseguida à custa de três janelas no andar superior e duas no que lhe ficava por debaixo, sendo a cobertura em telhado de uma só água já que a parede posterior da casa era a muralha mais interior, a mesma que definia o recinto e resguardava a torre de menagem. Particularidade era o facto de, na dita construção, entrarem diferentes materiais na sua composição. A prova está na representação gráfica que o autor faz da fachada mais saliente da área habitacional. Ao contrário da restante obra edificada - *todollo muro e torres desta fortaleza são de canto talhado* (Armas, 133), isto é, em esquadria – se excluirmos os blocos de granito que uniam às torres e as aduelas do arco, toda a demais fachada foi feita com materiais bem menos trabalhados, talvez alvenaria, mas que foram tapados com reboco e uma demão de cal.

As torres, postadas em ambos os topos da construção, faziam parte da área habitacional. Tinham alturas e remates semelhantes, com telhados em quatro águas coroados de merlões triangulares. No entanto esta uniformidade facilmente se desfaz quando se analisam as respectivas dimensões.

A torre da direita, com 3,30 x 3,30m, tem uma planta regular, situação que não se repetia com a da esquerda, de proporções ligeiramente mais avantajadas. Com 4,40m na parede mais pequena e 6,10m na maior, demonstra claramente ausência de uniformidade no que diz respeito às respectivas áreas, mas não no que toca à grossura dos muros: no caso vertente a largura deles rondava os 2,20m. Sintomático, por sua vez, é o facto da torre esquerda permitir o acesso directo ao adarve através de uma porta, situação que não se repetia na torre oposta.

A porta de entrada para a área habitacional estava no mesmo plano que a porta de acesso à torre de menagem. Para se chegar até ela era necessário tomar a escada colocada entre o compartimento rectangular postado nas traseiras da torre e a parede que era, ao mesmo tempo, suporte arquitectónico da área habitacional. Tinha a largura tipo dos muros deste castelo - 2,20m - e funcio-



nava como adarve, já que era necessário percorrer cerca de 9m para atingir a única porta que permitia a comunicação do exterior com os dois sobrados e as duas torres.

Finalmente uma hipótese a considerar.

Duarte d'Armas desenhou um conjunto de linhas paralelas que unem a porta do sobrado inferior da zona residencial ao adarve que rematava junto à porta da torre de menagem. Se interpretarmos tais linhas como uma possível estrutura suspensa, removível em caso de necessidade, podemos intuir que havia uma ligação directa entre os dois edifícios. Os ganhos com tal solução ressaltam à vista: estava excluída a necessidade de circundar o adarve do recinto, sempre que houvesse necessidade de alguém deslocar-se de um espaço para outro.

Se esta era uma hipótese a considerar, não podemos ignorar que o acesso normal à torre de menagem, às troneiras da torre de captação de água e ao restante adarve que circundava o recinto do castelo, fazia-se por uma única escada: aquela que estava adossada à face interna da muralha, próxima da porta da torre onde se captava a água.

A torre de menagem e demais construções situavam-se no interior de um espaço defendido por uma muralha que, por sua vez, estava reforçada com uma couraça.

A muralha do castelo, como já dissemos, tem a forma de um pentágono irregular. O perímetro do recinto orçava as 27 varas, ou seja 29,70m, o que faz dele algo de muito mais pequeno que os vizinhos dos castelos de Melgaço e de Monção. A altura deste muro era de 8m e a espessura média rondava os 3,40m. Estas medidas foram tiradas no exterior, num ponto onde a escarpa de granito, localizada entre a torre de captação de água e a torre nº 1, desce até ao rio. Incorporada no perímetro defensivo estava a torre que protegia a captação de água. Era, juntamente com a torre de menagem, uma das duas que faziam parte do primitivo plano defensivo. Tinha, de acordo com as anotações de Duarte d'Armas, medidas irregulares ou sejam: o pano maior 11,10m de comprimento, o médio 9,90m e o menor 8,30m. A altura rondava os 12,10m, enquanto a espessura se ficava pelos 2,20m.

Analisando o posicionamento da torre e a maneira como se articulava com o restante sistema defensivo, ressaltam duas ou três notas que convirá realçar. A primeira é que ela defendia a recolha de água, mas também, através do arco aberto ao nível do rio, poderia acolher pequenas embarcações no interior da torre. A segunda é que ela funcionava como elemento mais ofensivo de todo o conjunto, pelo facto de estar munida de várias troneiras cruzetadas na parte superior. Finalmente a ligação entre o rio e o interior do recinto era possível através de uma escadaria que precedia a porta aberta na muralha que circundava o conjunto. Esta ligação, posta em confronto com a porta principal, entretanto desaparecida, fazia desta uma típica porta da traição, tão usual nos castelos românicos.

A última referência à planta desenhada por Duarte d'Armas relaciona-se com a couraça com que a primitiva defesa foi reforçada. Diz aquele autor que, tal como as outras estruturas, também esta foi feita com pedra talhada. A forma que lhe deram, aproxima-se do rectângulo, tendo 2,20m de espessura e uma altura que ronda os 4,40m. Foi para o pano orientado para poente que foi transferida a porta principal, anteriormente situada na proximidade da torre de menagem.

Junto aos muros do castelo desenhou ainda o autor a povoação com meia dúzia de habitações com telhados em duas águas. Das doze casas, nove são de habitação e três, presumivelmente anexos. Diferenciam-nas os telhados em duas águas, cobertos a telha, dos outros cuja matéria-prima era o colmo. Por outro lado as casas de habitação têm janelas e portas consoante as necessidades de cada uma, enquanto as outras parecem só ter porta de acesso.

## **A FUNDAÇÃO DO CASTELO DE LAPELA**

É voz corrente ter sido o castelo de Lapela construído no reinado de D. Afonso Henriques, mas não há provas documentais e tão pouco arqueológicas que sustentem tal tese. Se tal hipótese

algum dia tiver comprovação, então Lapela, juntamente com Valença e Melgaço, faz parte de “*uma primeira malha de pontos fortificados, instalados ao longo da fronteira do Rio Minho no início da nacionalidade*”, porque só mais tarde, nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, é que foram edificados os castelos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Monção e fechado o circuito da cerca medieval da povoação de Melgaço (Barroca, 1998, 804; Almeida, 2003, 45).

A referência mais antiga, que seja do nosso conhecimento, sobre um castelo na freguesia de Lapela data do reinado de D. Fernando. No ano de 1367 aquele rei proveu de alcaides uma série de vilas e fortalezas do reino e entre elas constava o de Lapela: “*do castello de Lapella Vasco Gomes de Abreu*” (Santos, 1988, 48).

A interpretação desta passagem da Monarquia Lusitana é de tal modo taxativa que não permite grandes interrogações. Sabe-se que naquela data já havia castelo naquele sítio e que a figura escolhida para organizar a sua defesa foi um nobre da nobreza da região e que por sinal tinha interesses na vizinha freguesia de Lara. O maior problema reside no facto de desconhecermos quem mandou construir o castelo.

Se lermos com atenção a documentação impressa relativa aos quatro primeiros monarcas portugueses, em nenhuma delas encontramos alusões directas à construção de castelos nesta zona raiana, apesar de alguns dos reis a conhecerem relativamente bem.

D. Afonso Henriques, tal como o seu filho D. Sancho I, conhecia bem a realidade da fronteira do Minho, várias vezes devassada no decurso dos respectivos reinados. D. Sancho I chegou mesmo a deslocar-se a Melgaço onde, de acordo com o texto da Inquirição de 1258, se apoderou de Santa Maria de Orada, atitude que viria a transformar em “*permuta*” após acordo com o mosteiro de Fiães (PMH, Inq. 1ª Alçada, 378; Almeida, 2003, 32). Não esquecer, também, que foi este rei quem deu carta de couto ao mosteiro de Longos Vales (Monção), em parte agradecido pela torre que o abade e os seus monges haviam feito em Melgaço (Almeida, 2003, 50). No entanto não concedeu nenhuma carta de povoamento à pequena povoação de Lapela como por vezes se apregoa (Rocha, 1988). A carta de que se fala e com a qual se pretende relacionar Lapela, foi atribuída a uma outra povoação, de seu nome *Alapela*, que actualmente é lugar da freguesia de Fonte Boa, concelho de Esposende. Naquela altura, aquela freguesia, ribeirinha do Rio Cávado, por motivos relacionados com as características geomorfológicas do seu solo, chamava-se Fonte Mã: “*Hec este carta populacionis de Lapela...de ipsa villa de Sancto Salvatoris de Fonte Mala*” (Azevedo et alii, 1979, 269).

Os problemas militares que se faziam sentir na raia do Rio Minho, eram também conhecidos de D. Afonso II, pois este monarca viu Valença destruída e Melgaço tomada pelos leoneses durante as hostilidades que o opôs às infantas, suas irmãs (Pintor, 1975, 79). Foi, atravessando o Minho, que ele peregrinou até Santiago de Compostela em 1219 (Martins, 1957, 63). O que não sabemos é o ponto onde vadeou o Rio Minho, talvez em Valença onde havia a barca mais conhecida.

A última possibilidade de ter sido construído em tempo anterior a D. Dinis, está no reinado de seu pai, o rei D. Afonso III, mas também deste não colhemos informação plausível. A Inquirição realizada em 1258 nada diz acerca de haver ali uma fortaleza, refere isso sim “*que in Lapela filiam portagem pora elRey*” (PMH, Inq. 1ª Alç. 369), naturalmente a quem atravessasse o rio. Pagamento de portagem pressupõe a existência de uma barca ou mesmo de um vau, mas não necessariamente de um castelo.

Sendo uma estrutura com vincadas características góticas, há que aceitar que foi com o advento do reinado de D. Dinis que este tipo de construções se afirmaram - umas construídas de raiz, outras reformadas - um pouco por todo o país (Barroca, 1998, 808). É certo que não encontramos o castelo de Lapela na extensa lista de trabalhos atribuídos a este monarca, mas também não é necessário que seja obra sua para ser considerada uma das muitas fortalezas do Minho onde são notórios alguns dos atributos da defesa activa, elementos tão caros aos militares de então. Por

isso mesmo e na falta de provas documentais, resta-nos a dedução a partir de algumas referências indirectas, porque tão pouco ajudam os conhecimentos oriundos da arqueologia. Convirá não esquecer que, do conjunto de muralhas, torres, área residencial e casas divulgadas pela mão de Duarte d'Armas, somente sobrou a torre de menagem.

É verdade que o Castelo de Lapela não consta da extensa lista de obras militares ordenadas pelo rei D. Dinis – na região são-lhe atribuídos os castelos de Monção, Castro Laboreiro e Vila Nova de Cerveira – mas nem por isso deixou de vincar, quão necessário era tornar militarmente segura a fronteira do Minho com a Galiza. Concretizou-o entabulando negociações com o bispo de Tuy no sentido de promover-se uma troca de padroados no actual Alto Minho que, à data, dependiam daquela diocese.

Conseguido o acordo, o rei ficou com os padroados de Santa Maria de Monção e Castro Laboreiro, locais onde veio a construir dois novos castelos para, em troca, conceder os direitos, entre outras, das igrejas de Viana, Meadela e da ermida de Pena da Rainha, de invocação a São Lourenço: “*com isto ficou a igreja de Tuy mais acrescentada, El Rey porem mais seguro com a apresentação das duas igrejas situadas na raya de Galliza em partes mais próximas*” (Brandão, Parte Sexta, 1980, 125). As duas primeiras paróquias, situadas na linha do Lima, estavam bem longe da fronteira, não sendo por isso mesmo, estorvo de maior em caso de conflito armado. O mesmo não poderemos dizer de Pena da Rainha, sítio onde havia um escarpado castelo roqueiro.

A transferência daquela ermida para o controle eclesiástico da diocese galega poderia ter sido contraproducente caso o rei, entre outras medidas e à data, não tivesse esvaziado de poder as *tenências* dos castelos, relegando muitos destes para um papel secundário na cena militar do reino (Barroca, 1998, 804-805). No caso concreto da fronteira do Minho, perante a evolução da arte militar, eram muito mais funcionais e eficientes os castelos postados ao longo da linha do Rio Minho, que os velhos redutos postados entre altivos penhascos. Bons exemplos disso eram os castelos roqueiros da Pena da Rainha e de Fraião ou Boivão, isto só para citar os de maior nomeada nesta parcela do Alto Minho. A permuta que o rei fomentou, só foi possível, porque, à data e para ele, o interesse militar do castelo de Pena da Rainha, já havia entrado no domínio das realizações passadas.

Ultrapassado o reinado de D. Dinis, até D. Fernando, restam dois monarcas: D. Afonso IV e D. Pedro I. Qualquer um deles tiveram hipóteses e possibilidade de ordenar a fortificação do pequeno penhasco sobranceiro ao Rio Minho, situado bem junto ao já mencionado *Vau da Estacada*.

Tal como os seus antecessores, também D. Afonso IV se envolveu em conflitos armados com os vizinhos de Castela entre 1336 e 1339. Numa das situações de guerra aberta entre as duas partes, os portugueses comandados por D. Pedro, Conde de Barcelos, entraram pela Galiza dentro, fazendo o maior número de tropelias que, em certas ocasiões, se transformaram mesmo em actos de puro banditismo “*porque cõ mayor poder entrou o Conde de Barcellos D. Pedro por Galiza, prendeo, ferio, matou, y destruiu cõ braço tão forte y, golpe tam rijo*” (Brandão, Parte Sétima, VII, 403). Por isso nada mais natural que quisesse reforçar a linha de fronteira, tanto mais que os castelhanos ripostaram, assim nascendo as consequências negativas que advêm de uma intervenção militar, por mais restrita que ela fosse.

Se respigarmos as informações da Chancelaria do Rei D. Pedro I encontramos nela uma notícia deveras interessante. Em 1357 o rei entregou os seus castelos de Melgaço e de Castro Laboreiro “*a vasco gomez daureu seu vassalo que lhe delles fez menagem*” (ANTT, Chanc. D. Pedro I, doc.15). Este fidalgo é precisamente o mesmo que 10 anos depois, em 1367, foi escolhido para alcaide de Lapela pelo filho, o rei D. Fernando.

De acordo com Felgueiras Gayer este fidalgo, que era filho de Lourenço de Abreu, com casa em Merufe, havia optado por defender os interesses de D. Leonor Teles, de quem era parente. Tal posição haveria de acarretar-lhe dissabores, pois o futuro rei D. João I haveria retirar-lhe as terras

que possuía no Julgado de Fraião, por ter combatido no campo contrário. A justaposição dos dois textos garante que o fidalgo em questão foi figura de proa durante a governação dos dois monarcas, mas não prova que o castelo de Lapela seja obra de D. Pedro I.

O texto cita dois importantes castelos situados na raia do Alto Minho (Almeida, 2003), mas não nos podemos esquecer que, à data, já havia sido construído o castelo de Monção e nem por isso ele foi mencionado. No entanto é essa a opinião de Figueiredo da Guerra para quem o castelo foi iniciado por D. Pedro I e terminado por seu filho D. Fernando, explicando-se assim a presença das armas portuguesas com onze castelos que são atribuídas àquele monarca (Guerra, 1914).

É verdade que o texto acima referido nada diz sobre o castelo, mas não podemos ignorar que o rei D. Pedro I esteve pessoalmente em Monção, pelo menos duas vezes, onde assinou cartas e petições, sendo uma delas destinada ao vizinho convento de São Fins de Friestas (ANTT, Chanc. D. Pedro I, doc. 584). Conhecendo bem a realidade do Minho, é natural que o rei tivesse ordenado a construção do pequeno castelo de Lapela com a finalidade de reforçar uma fronteira, que se havia mostrado bastante permeável em anteriores cenas de guerra. Era necessário defender um troço de rio, facilmente vadeável em dois pontos fora do raio de acção dos dois castelos postados sobre o Rio Minho: Valença e Monção. Só que desconhecemos as provas documentais que possam alicerçar esta nossa convicção.

D. Fernando, como já vimos, nomeou um alcaide para um castelo que não sabemos se o mandou construir. Hipótese provável, porque motivos tinha ele de sobra.

No decurso do seu reinado, este monarca por três vezes envolveu-se em demandas militares com os vizinhos castelhanos. Os motivos foram sempre os mesmos: o direito à sucessão da coroa castelhana, após o assassinio de Pedro I pelo seu irmão Henrique de Trastâmara. A primeira das guerras ocorreu entre 1369 e 1370, a segunda entre 1372 e 1373 e a terceira entre 1381 e 1382.

A primeira destas guerras teve precisamente como palco a Galiza e o Minho, porque se o rei português chegou a entrar na Corunha e *“toda aquella lhe queria obedeeçer”*. O contra-ataque de Henrique II trouxe os castelhanos até ao Minho, que tomou Braga, cercou Guimarães e assolou Trás-os-Montes, sem que as tropas portuguesas tivessem organizado resistência de maior. Voltarão a fazê-lo no decorrer da segunda intervenção militar. Enquanto uns cercavam Lisboa, o fronteiro da Galiza entrava no Minho e chegava até Barcelos. É neste contexto que se insere o feito do Alcaide de Faria que, por recusar entregar o castelo que lhe havia sido entregue por D. Fernando, foi morto no Monte da Franqueira à vista do filho e de toda a guarnição que resistiu heroicamente às investidas castelhanas (Lopes, Cap. LXXVIII).

De acordo com o texto da Crónica de D. Fernando, Fernão Lopes escreveu que o rei Henrique II deixara a Corunha e viera *“perante Tuy e Salvaterra, e passou o rio Minho a vao, por que era em tempo que o podiam fazer”* (Lopes, Cap. XXXII). Por outras palavras, os castelhanos atravessaram o Rio Minho da forma que era usual fazer-se, durante o verão e num dos vaus que havia entre Valença e Monção. Se vieram até Salvaterra, então é de presumir que o tivessem feito no Vau da Estacada localizado a nascente de Lapela, mas à vista desta e presumivelmente do castelo que já ali havia.

A primeira das campanhas militares iniciou-se em 1369, dois anos depois do rei ter nomeado Vasco Gomes de Abreu como alcaide do seu castelo de Lapela. Será de recordar que foi nesse mesmo ano de 1367 que D. Fernando subiu ao trono por morte de seu pai o rei D. Pedro I.

A ilação a tirar é que não foi o rei D. Fernando quem o mandou construir o castelo de Lapela. Quando tomou conta do reino, aquele já existia. O que falta saber é qual dos monarcas, seus antecessores, ordenou a sua construção: D. Dinis? D. Afonso IV? D. Pedro I?

Muito provavelmente este último.

## A remodelação do castelo da Lapela

A escassez documental referente ao castelo, que está assente sobre um penhasco de baixa altitude sobranceiro às águas do rio – o topónimo *lapela* está precisamente associado a uma penha granítica de pequena dimensão - não permite traçar-lhe um longo e sólido historial durante a vigência da sua actividade.

Provavelmente foi visitado pelo Condestável Nuno Álvares Pereira na altura em que se aproximou do Rio Minho para passar para Santiago de Compostela e recebeu Monção sem combate. Embora não venha mencionado na Crónica como castelo aderente à causa de D. Beatriz, tomou provavelmente o partido da única filha de D. Fernando, à imagem dos demais castelos do Alto-Minho: Monção, Melgaço, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Viana e Ponte de Lima (Lopes, I, Cap. LXVIII).

Mais remota parece ter sido a presença do rei D. João I, quando se dirigiu à fronteira do Minho, em 1386, para tomar a vila de Melgaço, que teimava em dar voz a Castela. De acordo com a sua Crónica, D. João I dirigiu-se de Braga para Melgaço com uma hoste onde iam homens como Dom Pedro de Castro, o Prior do Hospital e João Fernandes Pacheco. O caminho, então seguido não está especificado, mas se tomou a estrada de Braga a Monção, deixou o castelo de Lapela duas léguas para poente, tanto na ida como na vinda, pois, após tomar Melgaço e entregá-la a João Roriz de Sá, “*tornouse com ha Senhora Rainha pera a villa de Momçaom*” (Lopes, II, 297).

Se desconhecemos o papel que desempenhou nos conturbados tempos das Guerras da Independência, os momentos que se seguiram não são mais esclarecedores. Há a informação que por volta de 1423 o rei D. João I entregou o castelo a Lopo Fernandes Pacheco (ANTT, Chanc. D. João I, I, fl. 92), sendo provável que date do seu reinado a grande remodelação que transformou o primitivo castelo no conjunto desenhado por Duarte d’Armas.

Política e militarmente é sabido quão dispendioso foi às armas portuguesas retomar a sucessão de castelos do Alto Minho que haviam tomado voz por D. Beatriz, filha de D. Fernando, casada com D. João I rei de Castela. Por um lado o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, por outro próprio D. João I, Mestre de Avis, encetaram uma série de campanhas que culminaram com a tomada do castelo de Melgaço em 1388 (Lopes, II, Cap. CXXXII).

A campanha que se desenrolou em torno da tomada do burgo de Melgaço (Almeida, 2003, 93-104) pôs em evidência as deficiências que tornavam vulneráveis a maioria dos castelos postados ao longo da fronteira. Os balcões assentes em matacões, os fossos, quando os havia, eram estruturas ideais para sustentar um ataque de cavalaria e dificultar, ao máximo, o assalto das forças de infantaria, mas eram praticamente inoperantes contra os projecteis da artilharia que então dava os seus primeiros passos. Para colmatar algumas das falhas desenvolveram-se alguns trabalhos complementares de defesa, dotando-se a maioria dos castelos de barbacãs extensas e de barbacãs de porta, que se multiplicaram ao longo do séc. XV (Barroca, 1998,818), salvo aqueles que já as tinham como é o caso da barbacã de Melgaço (Almeida, 2003, 76-80) e da barbacã de porta da Torre dos Grilos do sistema defensivo de Ponte de Lima.

Se olharmos atentamente para a planta do castelo de Lapela não deparamos com nenhum local apropriado para a colocação de peças de artilharia, à excepção da torre sobre o rio onde há uma série de troneiras cruzetadas, mas também convirá recordar que esta fortaleza não teve qualquer obra de beneficiação durante e após as Guerras da Aclamação. Se nela alguma vez houve peças de artilharia, estas foram postadas sobre a barbacã onde havia um caminho de ronda por onde podiam ser deslocadas após terem sido elevadas, porque as escadas de acesso destinavam-se somente a pessoas.

O primitivo castelo de Lapela, aquele que terá sido construído em tempo de D. Pedro I, constava de um pequeno recinto amuralhado de forma pentagonal provido de duas torres e de duas



entradas. De acordo com a cartilha dos militares góticos, a torre de menagem foi construída no exterior, mesmo ao lado da porta principal, enquanto a segunda entrada estava postada debaixo da outra torre, cujo alicerce assentava directamente no leito do rio. Como corolário defensivo ainda havia vários balcões assentes sobre matacães.

Este castelo, assim concebido, colocava alguns entraves na travessia do rio a uma hoste de pequenas proporções, mas nunca a um exército em forma. Tão pouco oferecia resistência a um assédio bem concebido, muito menos à povoação que sempre ficou de fora dos planos defensivos. Em caso de guerra ou perigo iminente não controlado, os habitantes sempre poderiam abrigar-se no interior do recinto, mas não por muito tempo, porque não havia reservas alimentícias suficientes para a guarnição acrescida dos moradores. Em conclusão, o castelo nunca foi pensado como defesa de uma região, tão pouco de uma povoação, antes como um ponto que controlava uma das várias passagens no Rio Minho. Talvez, por isso, mais tarde acabasse por ser definido como atalaia.

Ultrapassadas as Guerras da Independência o castelo foi remodelado e adaptado a residência, provavelmente do Governador da praça. Foi assim que nasceu a ideia de construir-se um edifício dividido em dois sobrados, ladeado por duas torres e de uma outra estrutura rectangular acoplada à torre de menagem. Qualquer um dos novos imóveis foi levantado no exterior do antigo recinto e da torre de menagem, situação que obrigou à construção de uma defesa complementar: uma extensa barbacã. Esta, unindo-se à muralha do castelo passou a rodear, em lanços rectangulares, toda a área construída, à excepção do sector voltado ao Rio Minho. Com esta nova concepção, a torre de menagem praticamente passou para o centro da nova área defensiva, alterando-se também a posição da porta principal.

## **O DESMANTELAMENTO DO CASTELO DE LAPELA**

É preciso esperar pela Guerras da Aclamação, vulgo da Restauração, para encontrarmos alguns registos acerca da sua actividade e da sua guarnição. Pelas listagens de efectivos sabemos que em 1650 o comando da pequena força militar pertencia a um capitão, que era secundado por um condestável, o equivalente a sargento (AHM, 3ª Div., 9 Sec. CX 2, nº 12, 1791). Desconhecemos o número de praças, mas tendo presente a existência de troneiras e de espaços apropriados à colocação de peças de artilharia nada mais natural que entre elas houvesse alguns artilheiros.

As escaramuças começaram logo em 1643 com a tomada de Salvaterra, frente a Monção, pelas tropas portuguesas comandadas pelo Conde de Castelo Melhor, pai do futuro valido do rei Afonso VI. A reacção galega fez-se pela mão do Cardeal de Spínola e como a guarnição portuguesa de Salvaterra tivesse resistido, o comandante das tropas castelhanas passou a fronteira e em retaliação assolou as principais praças de armas portuguesas postadas ao longo da fronteira do Minho (Selvagem, 1931, 397-398).

O ano de 1658 é outra data capital para a história do castelo de Lapela. Os castelhanos comandados pelo Marquês de Viana passaram a fronteira e travaram combate cerca de Paredes de Coura com as tropas portuguesas comandadas pelo Conde de Castelo Melhor. A derrota das tropas portuguesas abriu caminho aos castelhanos para Lapela e Monção. A primeira foi tomada no dia 2 de Outubro, sendo governador Gaspar Lobato de Lanções e a segunda sofreu um cerco de 4 meses. Perante a incapacidade em continuar a defesa e quando já estavam reduzidos a duzentos e trinta e seis homens, o comandante da praça de Monção, Lourenço de Amorim Pereira, capitulou no mês de Fevereiro de 1659.

Os combates entre os dois exércitos continuaram nos anos seguintes. Em 1659 pelejou-se no vale de Rosal e em 1663 uma investida galega sobre a bacia do Rio Lima foi travada na Serra da

Boulhosa por uma força portuguesa comandada por Rodrigo de Pereira Souto Maior. Nesse mesmo ano, frente a Vila Nova de Cerveira, as tropas portuguesas tomaram Goián e construíram ali um forte. Em 1664 a praça de Valença foi novamente atacada, só que desta vez ela viria a ser recuperada pelo Conde de Cantanhede. A ofensiva continuou nos dois anos seguintes. Em 1665, o exército português sob o comando do conde do Prado pôs cerco a Tuy e ocupou A Guarda e em represália, em 1666, os galegos voltaram a atravessar o Rio Minho, frente a Lapela, tendo acampado entre esta povoação e Monção. Comandava-os Dom Baltazar de Roxas Pantoja e tinha como missão avançar para o vale do Rio Lima.

Por essa altura Lapela voltou a ficar em perigo, pois o comandante castelhano mandou erguer um fortim para assaltar o castelo, que entretanto tinha voltado a mãos portuguesas pela acção do Conde do Prado (Mattos, 1940; Almeida, 2003, 138).

Terminadas as Guerras da Aclamação, era notório que a maioria das fortalezas da raia portuguesa encontravam-se obsoletas face às novas realidades e modalidades de fazer a guerra. O plano então estabelecido implicou a reorganização do exército – o mais profundo foi o do Conde de Lippe – e a reformulação do sistema defensivo, que aliás já havia começado com as Guerras da Aclamação. Os castelos de origem medieval, tidos como de maior valor estratégico, foram transformados em fortalezas abaluartadas e as povoações confinantes inseridas numa nova estrutura defensiva. Consoante os casos, os velhos castelos carregados de simbologia e de histórias, foram providos de baluartes, falsas bragas, revelins, tenalhas, meias-luas, obras cornas, obras coroadas, traveses, esplanadas e estradas cobertas. Assim aconteceu na raia do Minho com Melgaço, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença e Monção (Almeida, 2003, 146).

Ausente desta política defensiva, que assentava essencialmente na poderosa praça de Valença, coadjuvada a montante por Monção e Melgaço e a jusante por Caminha e Vila Nova de Cerveira, ficou irremediavelmente de fora o velho castelo de Lapela. Com o advento do liberalismo acentuou-se ainda mais o desinteresse por um conjunto de fortalezas, que obsoletas em todos os sentidos, só oneravam Fazenda Pública. Foi na segunda metade do séc. XIX que se expandiu o desmonte, já iniciado no final do séc. XVIII, de muitos dos muros que rodeavam algumas das vilas e cidades do Minho: Braga, Guimarães, Barcelos, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Monção e Melgaço (Almeida, 2003, 194-208). Ao invés do que ocorreu com as demais, o castelo de Lapela foi dos primeiros a ser demolido - a autorização foi dada em 1706 pelo rei D. João V - para abastecer de pedra as obras que se faziam na fortaleza de Monção. Tudo foi demolido, à excepção da Torre de Menagem e mesmo esta, por força do seu mau estado de conservação, foi aconselhada a sua demolição num relatório do Corpo de Engenheiros que inspeccionaram as fortalezas da raia do Minho no ano de 1840. Eis a sua transcrição na parte referente a Lapela:

1.º

*É situada sobre a margem esquerda do Rio Minho, / a meia distancia de Monsão e Valença servio d(e) atalaya.*

2.º

*É composta d(e) uma torre quadra de pedra de cantaria, e te-/ ve em roda um pequeno recinto, que está occupado com pe-/ quenas cazas particulares.*

3.º

*Está toda fendida, e ameaçando dezabar, terá 60 palmos / d(e) alto, e 30 em quadro.*

4.º

*Nenhuma conveniencia pode haver na sua conservação / e o melhor uzo que se poderá fazer, será aproveitar a canta-/ ria em alguma preciza reparação. (AHM – 3ª Div., 9ª Sec. CX 2, 36).*

Alicerçados neste e certamente noutros relatórios de igual teor, anos depois, a vereação de Monção pretendeu demolir o que restava do castelo de Lapela fortemente arruinado em 1835, na mira de obter algum lucro com a venda da pedra de cantaria. Como a intenção não se concretizou, nos alvares do séc. XX, em 1910, foi classificada como monumento nacional, mas só em 1940 é que a DGEMN promoveu o seu restauro.

O desmantelamento da estrutura castelar, à excepção da torre de menagem, motivou o mutismo total na documentação de cariz militar que se produziu a partir do último terço do séc. XVIII. A partir de 1760 foram diversos os relatórios que foram elaborados por especialistas militares para o Governador das Armas do Minho acerca do estado das diversas fortalezas e respectivas guarnições. Em todos eles o nome o castelo de Lapela está ausente. Deixara de ter qualquer préstimo militar. Por isso se entendem melhor as palavras do padre João Alves Manhozo, pároco desta freguesia e que assim as ditou para as Memórias Paroquiais de 1758: “ *A borda deste rio Minho e no meio deste lugar em cima de huns pinhascos esteve fundado hum lindo, alto e forte castello ameado e também seus grandes muros com focos e estacadas onde havia coartéis e armazéns correspondentes...E se antigamente inespugnável e depois reconheceo a experiencia de novos artefícios melitares o pouco que podia defender-se por estar condenado de muitas eminencias que à roda tinha, pello que se desfez pêra se fortificar a praça de Monção. E somente pera a memoria ficou a torre, que hé muito alta, a que chamam Varanda do Castello...*”(Capela, 2005, 196).

## A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

A intervenção arqueológica fez-se numa das casas que formam o arruamento urbano da Lapela, mais especificamente a Rua do Rio. Esta rua é uma das duas artérias que, a partir do arruamento principal, flectem para a torre da Lapela (Fig. 6). Em volta dela, mesmo sobre o rochedo que bordeja o rio, foram construídas casas, a partir do momento que a pedra da muralha foi levada para Monção e toda a área envolvente à antiga torre de menagem deixou de ter interesse estratégico. Na sua grande maioria, as casas que rodeiam a torre, datam do séc. XVIII, quando não são mais recentes.

A casa em questão é uma típica construção rural, apesar de estar inserida numa malha de características urbanas.

Está estruturada em habitação principal que se distribui por rés-do-chão e 1º andar, um pátio e anexos laterais. A casa propriamente dita foi construída com pedra de alvenaria unida com barro. Os silhares, têm boa dimensão na estruturação das portas e janelas, denotam um certo esmero na pico e os interstícios estão tapados com barro e pedra miúda, estando ausente o reboco generalizado (Fig. 7). Tão pouco era integralmente caiada. A cal, quando foi utilizada, foi-o como símbolo apotropaico, somente em redor das principais aberturas.

A entrada para o pátio, que também funcionou como quinteiro durante a sua fase agrícola, fazia-se através de um largo e alto portal construído com bons silhares de alvenaria. As duas ombreiras mostram ainda um leve chanfrado, característico do revivalismo arquitectónico que começou a imperar desde o final do séc. XVIII. No interior do pátio-quinteiro são notórios, do lado direito, os esteios de pedra que sustentavam a varanda do 1º andar. Esta apoiava-se em fortes vigas de carvalho, enquanto a estrutura exterior da varanda era construída em tabique revestido a argamassa caiada. Ao fundo do quintal encontra-se a escada de pedra, em dois lanços de acesso ao 1º andar e do lado esquerdo da casa, fechando o quinteiro, foram erguidos vários anexos (Fig. 8). Num deles, naquele que está mais próximo da porta da rua, estava o forno de cozer o pão.

A intervenção arqueológica foi feita nos dois locais que havia disponíveis em todo o espaço da casa: a maior, a vala 1 ao correr do quinteiro; a vala 2, essa foi aberta no espaço do rés-do-chão, sem paredes e com luz suficiente (Fig. 9).

Uma última nota. Esta casa, construída no decorrer do séc. XVIII, serviu-se de pedra cortada nas pedreiras vizinhas, mas também a incorporou de outras anteriores construções anteriores. Disso são exemplo alguns bons silhares que foram metidos nas paredes interiores e que poderão provir da muralha, a par de ombreiras com arestas chanfradas, à maneira do séc. XVI, que haviam pertencido a janelas de edifícios daquela altura no espaço envolvente ao castelo.

#### **Vala 1** (Fig. 10)

- 1 – Camada de terra castanho acinzentada que cobria integralmente a muralha. Tinha seixo miúdo, muita telha e alguma cerâmica recente.
- 2 – Terra acastanhada, com nódulos de terra avermelhada. Cobria o alicerce da muralha.
- 3 – Espessa camada de terra castanho-avermelhada, muito plástica e cuja formação resulta da mistura de terras com vestígios de anteriores ocupações, pois entra *tegula* e *imbrex* na sua composição. Tapou o alicerce da muralha.
- 4 – Terra avermelhada, com pequenos seixos e fragmentos de *tegula*. Foi nela que foi aberto o alicerce da muralha.
- 5 – Solo de saibro. Natural.

#### **Vala 2** (Fig. 11)

Foi aberta no interior da casa.

- 1 – Terra castanho- acinzentada. Restos de telha, madeira apodrecida e cal das paredes e seixos rolados.
- 2 – Terra castanho-avermelhada. Seixo miúdo e pedras miúdas. Alguma cerâmica recente.
- 3 – Terra avermelhada com muito seixo e alguns bocados de *tegula*.
- 4 – Terra avermelhada com manchas escuras da decomposição de ervas e raízes. Provêm do terraço fluvial que cobria e rodeava a penedia onde assenta a torre de menagem.

#### **COMENTÁRIO À ESTRATIGRAFIA**

A estratigrafia das duas valas de sondagem mostra-se coerente e própria de um espaço onde coexistiram ocupações com séculos de diferença.

Nas duas valas a estratigrafia mostra que a terra tem uma coloração maioritariamente castanho-avermelhada resultante do corte do antigo terraço fluvial. Dele são, também, os seixos miúdos, mas a pedra provêm do desmonte da muralha, trabalho feito em profundidade pois só restou o alicerce. A limpeza feita na altura do desmonte da parede da muralha atingiu, também, os níveis de ocupação. O mais natural seria termos encontrado, de seguida, os níveis de ocupação da casa que foi construída sobre o antigo alicerce da muralha. Tal não aconteceu por dois motivos: o pátio-quinteiro foi usado para fazer estrume, tanto mais que por debaixo da casa havia cortes para animais. Quando este era retirado, anualmente, para estrumar os campos, iam também os pratos e vasilhas partidas no uso diário da casa que para ali eram atirados, num ritual próprio de quem via no quinteiro a lixeira da casa. Por isso não admira que tantos cacos com vidrados de chumbo e de faiança apareçam nos terrenos agrícolas. Para ali foram levados juntamente com o estrume. O segundo motivo relaciona-se com o ponto onde foi feita a 2ª vala. Naquele local deve ter funcionado o celeiro e a adega da casa agrícola. Pela sua própria função não era local adequado para deitar cerâmica partida.

A novidade está na *tegula*, mas como ela apareceu em camadas sem relação directa com muros, ficamos sem saber a que tipo de estrutura ela estava ligada.

### A muralha

A novidade, se é que assim se pode chamar a um facto pré-anunciado a partir do momento em que se fizesse uma intervenção arqueológica na área envolvente à antiga torre de menagem, foi termos encontrado o alicerce da barbacã que definia o perímetro do sistema defensivo. Analisada a planta, nota-se que o alicerce foi feito com pedras assentes de maneira pouco uniforme, mas por outro lado, no lado oposto, há já a intenção de arrancar com uma parede com a face bem organizada.

O miolo da muralha foi feito com pedra mais miúda, sem aparelho, misturada com bastante saibro (Fig. 12 e 13).

### Espólio

O espólio é escasso, mas interessante, sobretudo, porque, sem o suspeitarmos, a *tegula* veio a reequacionar a cronologia da ocupação daquele sítio. Não são muitos os fragmentos – tanto como 35 – mas o facto de terem aparecido em camadas que são anteriores à construção da muralha ou em terras que foram usadas para cimentar o respectivo alicerce, já de si é deveras significativo.

Muito do espólio recolhido, no total foram recolhidos 127 fragmentos, pertence a *tegula* e telha de meia cana. Juntos ultrapassam as seis dezenas. Os restantes, tirando alguns vidros de garrafa, dividem-se por 4 grandes grupos: vidrados de chumbo, faiança, louça preta e louça com pastas castanho claras não vidradas.

Os vidrados de chumbo aparecem nas duas valas nas camadas superiores. São peças de alguidar (Fig. 15, 5), de porrão e talvez de servidor (Fig. 15, 3) a atentar nos fundos planos (Fig. 14, 3 e 4; 15, 4). O vidrado é de coloração vermelho-alaranjado, mas também os há de tonalidades esverdeadas. Em qualquer dos casos têm uma cronologia posterior ao séc. XVIII.

As faianças não ultrapassam a dezena de fragmentos. Os mais significativos são de uma malga com decoração policromada e o mais antigo pertence a uma taça ou malga decorado internamente com um filete azul (Fig. 15, 7). A sua cronologia remonta, seguramente, ao séc. XVII.

A louça preta está representada por restos de chocolateiras, panelas e potes (Fig. 14, 1 e 2). A fuligem marca claramente a superfície exterior.

As louças não vidradas têm, basicamente, pastas beije e são pouco representativas. O seu número não ultrapassa a dezena. Como representante escolhemos o fundo de um vaso, plano e com acabamento que parece ter tido uma aguada castanho-avermelhada. A sua cronologia parece remontar ao séc. XVI-XVII.

### A TORRE DE LAPELA FACE À REALIDADE VIÁRIA REGIONAL

Como já tivemos oportunidade de referir, o Castelo de Lapela foi construído sobre uma pequena colina rochosa sobranceira ao Rio Minho, num sítio onde facilmente se podia fazer uma travessia relativamente segura. O *Vau da Estacada* ficava alguns metros a jusante da dita colina e do outro lado, na Galiza, ainda subsiste o topónimo *Barca*, mais o caminho que desce até à margem, mesmo em frente à torre. Sabemos que aqui tentou atravessar o Rei D. João I para ir até Tuy, com todas as consequências negativas, em vidas perdidas, que tal decisão implicou. Terá também sido esta a passagem a escolhida pelo Condestável D. Nuno Álvares Pereira, quando



pensou ir até Santiago em peregrinação. Todavia, como não sabemos em que aldeia ele pernoitou e como Monção se entregou, por essa mesma altura, à hoste por si comandada, é provável que a tentativa de travessia se fizesse em frente a Salvaterra do Minho, já que por ali havia uma barca e do lado português subsiste o topónimo *Barca*, entre a Quinta das Vianas e a Lodeira. Durante as Guerras da Independência e depois nas da Restauração as tropas de ambos os lados atravessaram o rio mais que uma vez, dominando, em curto espaços de tempo, as fortalezas contrárias. Os castelhanos dificilmente o terão feito junto a Lapela ou a Monção, enquanto não dominaram militarmente cada um dos sítios. Os portugueses, enquanto ocuparam a fortaleza de Salvaterra do Minho, tiveram a travessia relativamente segura.

Qualquer uma destas travessias estava objectivamente ligada a uma estrada cujo interesse seria mais local ou mais regional, consoante as épocas e os interesses em jogo. Senão vejamos:

De acordo com Ferreira de Almeida, o caminho seguido no ano de 997, a partir de Braga, pelo mouro Almansor, na sua caminhada para Santiago de Compostela, trouxe-o até à região de Monção, mas não necessariamente à travessia que ali havia. A passagem no Rio Minho terá acontecido por alturas de Valadares que fica bem mais para nascente (Almeida, 1968, 204). Desconhecemos os motivos de um tal trajecto, porque a via de penetração mais aceitável, entre Braga e Monção, sempre foi pela Portela do Extremo, descendo depois aos Arcos de Valdevez e a Ponte da Barca. A travessia da Portela do Extremo foi tão importante nas Guerras da Restauração que as forças portuguesas viram-se obrigados a fortificá-la de ambos os lados da estrada. Aqui encontrou forte resistência, em 1662, o general espanhol Baltazar Rojas Pantoja das tropas portuguesas sob o comando do Conde do Prado. É certo que os fortes caíram às mãos do maior poderio militar dos invasores, mas a táctica e a coragem dos portugueses foi determinante para que a investida espanhola saísse gorada e salvas as praças portuguesas de maior nomeada, como era o caso de Valença. O general Pantoja, face à resistência encontrada, abandonou o Paço de Giela, onde se havia instalado e voltou a atravessar o Rio Minho, junto a Monção (Caldas, 1994, 123). Terá sido, também, nas imediações desta portela, próximo a Choças, que séculos antes terá acontecido o confronto militar entre as hostes de Afonso VII de Leão e Castela e as tropas do jovem rei português D. Afonso Henriques. Por aqui terão passado as hostes de D. João I e de D. Nuno Álvares Pereira no decurso das campanhas da Guerra da Independência. O Mestre de Avis, só próximo a Monção é que terá derivado para poente indo alcançar, mais à frente, Lapela e o seu *Vau da Estacada*.

Eliminadas as adulterações posteriormente cometidas, é possível fazer-se uma recomposição, mais ou menos segura, do traçado desta estrada, entre o Extremo e o sítio da barca junto a Monção.

A partir do pequeno lugar da Venda, o caminho antigo corta rectilaneamente pelo meio do monte passando na Cova da Loba para, mais adiante, reencontrar-se com a estrada actual no sítio de Rio Bom. Daqui seguia a Chim, capela de Santo Estêvão, Tariz, Sande, Cidade, Moreira, Cheira, Regueiro e Eirado. Aqui flectindo para poente, cruzava a estrada actual e chegava à Breia - topónimo relacionado com a viação antiga - a Requião e à igreja de Mazedo. Mais adiante ficava Pegadeira e doutro lado da estrada nacional o lugar da Boavista, já bem próximo ao sítio da Barca. Ao longo deste traçado multiplicam-se os topónimos de origem germânica, o que faz dela indiscutivelmente uma estrada que se cimentou ao longo da Idade Média, todavia não duvidamos, que a sua origem seja bem mais antiga e que remonte, talvez, ao tempo da Romanização. O traçado, em geral, tem perfil de viação romana e embora nunca tivesse sido uma estrada de importância maior na teia das vias imperiais, é evidente que atravessou espaços ocupados com castros, com casais agrícolas romanos e mais tarde com os medievais. Basta atentar na dispersão habitacional, actual, existente entre Monção e o Extremo e conjugá-la com os topónimos de origem germânica, com as igrejas e as ocupações agrárias de raiz medieval para se perceber que, para além de ter sido uma via de

longas distâncias, também foi um grande apoio ao dinamismo regional, pois, através dela, tanto era possível chegar aos pequenos lugares como às grandes metrópoles.

Olhando para este traçado, bem gostaríamos de lhe atribuir uma filiação mais antiga, mas tendo presente a ponte sobre o Rio Gadanha na freguesia de Troporiz e que dá pelo nome de Ponte da Calçada, a qual conserva ainda muitas das características da técnica pontística romana, tudo aponta para uma alternativa.

Embora alterada, esta ponte tem um único arco redondo cujos alicerces assentam directamente sobre a rocha que ladeia o leito do rio. Os paramentos foram feitos com pedra mal aparelhada, o tabuleiro é recto e está modificado, mas as pedras que revestem o intradorso do arco, são silhares em granito, rectangulares, dispostas em fiadas pseudo-isódomas. Não há sinais de forfex, mas os topos exteriores das pedras do arco mostram, com nitidez, a técnica do almofadado de época romana.

Quando publicou as suas Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho, ao descrever esta ponte Ferreira de Almeida definiu-a como romana e acrescentou: “*pela posição da ponte e do rio que ela galga, a via, que ela servia, deveria vir da zona de Coura... dirigindo-se depois para a região de Monção* (Almeida, 1968, 42).

Construir uma ponte naquele sítio, durante a romanização, é facto assente que, à data, por ali passava uma estrada de envergadura regional com uma orientação sul-norte ou vice-versa, tendo presente o perfil do próprio rio. Está por isso excluída qualquer hipótese de tal estrada ter uma orientação poente-nascente ou seja, um perfil paralelo ao curso do Rio Minho, o que a ser verdade, a colocaria a ligar a Via XIX, por alturas de Valença, com o interior da margem meridional do Rio Minho. Por outro lado, se assim fosse, teríamos de encontrar uma solução de uma antiguidade bem mais remota para a Ponte de Mouro, reconstruída posteriormente, mas que sabemos existir já na Idade Média.

Seguindo a orientação da ponte para sul, depois de contornar a pequena colina que lhe está sobranceira, ia até ao Souto e de seguida à Soalhosa e Motas nas freguesias de Lara. Atingido o campo de futebol inflectia para nascente para Pinheiros e não para Boivão como defendeu Ferreira de Almeida. Se fosse este o traçado, o caminho tinha de enfrentar uma serra agreste, com grandes acidentes topográficos, até ao vale do Coura. Se o caminho tivesse esta orientação, seria um traçado sem interesse estratégico e tão pouco económico. Minérios com capacidade de exploração rentável não há e as escassas unidades agrícolas espalhadas pelo vale, entre Boivão e Lara não justificavam, durante a Romanização, os gastos com uma construção com uma ponte daquelas.

Face a estas premissas a direcção da estrada romana seria obviamente outra. Após Pinheiros, a estrada chegava-se novamente para junto do curso do Gadanha, mas sem o atravessar ia até Pias de Baixo, em cuja margem viria a nascer o mosteiro de Pias. Mais a sul está o pequeno povoado de Cristelo, Lapa, Barrocas e depois, pelo meio do monte, serpenteado ao sabor da topografia, ia entroncar, entre Chim e Rio Bom na estrada que vinha do Extremo (Fig. 1). A partir daqui, ao descer até aos Arcos e a Ponte da Barca fazia dela uma estrada que remonta ao mundo romano já que, transposto o Rio Lima, só faz sentido que um tal trajecto se estendesse até Bracara Augusta.

Novamente sobre o tabuleiro da ponte romana sobre o Rio Gadanha, o traçado para norte do deste rio também não é novidade. Resolvidas as dificuldades logo a seguir à ponte esta dirigia-se para Cortes onde se sabe haver uma necrópole de época romana e mais sobre o rio, entre Ribeiras e Bergela, um povoado da Idade do Ferro com bons índices de romanização. Localizada a necrópole é certo e sabido que a estrada andava próxima, o que quer dizer que não andava longe da Quinta da Portelinha e que após a Quinta das Vianas acabava por embater, também ela, no vau que também tinha uma barca. Mais para nascente lá estava um outro terraço fluvial aproveitado como castro, sítio onde séculos andados nasceria a actual vila de Monção (Fig. 1).

Como é bem de ver, a esquematização destas vias, independentemente da origem ser romana ou medieval, não resolveu a travessia do Rio Minho, frente a Lapela, num período anterior à nacio-

nalidade. Os restos romanos ou alto-medievos pressupõem a presença de uma estrutura de apoio viário ou religioso ou mesmo ambas as coisas. O caminho, que com certeza o houve, subia até à Quinta de São Lourenço e deixando o núcleo mais representativo de Lara a poente, atingia a Quinta da Serra onde, mais adiante, se enlaçava na que vinha de Bracara Augusta pelo Extremo, entre Motas e Pinheiros. Aliás séculos andados outra alternativa era possível com a construção da Ponte da Igreja em Troporiz no final da Idade Média (Figs. 18, 19 e 20).

Em jeito de corolário diremos que a travessia da Lapela foi eixo secundário durante a romanização, como o foi mais tarde quando a separação política entre o Galiza e o Minho obrigou à construção de fortes, vigias, atalaias, um sem número de óbices à transposição pacífica entre as duas margens do rio. A passagem mais movimentada, entre as duas metades, sempre aconteceu mais a nascente, bem junto ao morro onde viria a construir-se à vila de Monção.

## CONCLUSÃO

A intervenção arqueológica desta casa da Rua do Rio confirmou o que já se sabia e revelou o que não se suspeitava.

Confirmou que a Torre da Lapela fazia parte de uma estrutura defensiva mais complexa e que a sua actual posição, projecta uma realidade que somente se pode definir como ilusória. Na realidade a torre encontrava-se no interior de uma estrutura defensiva, a funcionar como sua torre de menagem. Foi prosaicamente representada por Duarte D'Armas, mas, independentemente das distorções e alguns exageros, este castelo de beira-rio, encarregado de proteger um dos vaus do Minho, tinha a sua importância na defesa do território. Tinha uma torre de menagem, que se conserva intacta, uma muralha em redor e uma barbacã a reforçar a defesa nos pontos mais vulneráveis.

A muralha foi efectivamente desmontada na sua totalidade até à linha do alicerce. Este escapou, porque estava enterrado e não seria compensador esventrar o solo à procura de mais alguns carros de pedra. Sobre o antigo traçado foi então possível construir-se casas de habitação, que respondiam às necessidades dos moradores, na sua maioria agricultores que nos tempos mortos e na altura em que espécies mais nobres como a lampreia e o sável subiam o curso de água, viravam pescadores de rio.

Se esta era uma notícia mais que anunciada, não o foi a descoberta de muitos fragmentos de *tegula* nas camadas que encostavam ao alicerce da muralha e mesmo naquela onde ele assentava. A presença destes sinais da Romanização ou de um período posterior como é o caso da Alta Idade Média, acaba por nos dar a certeza que ali houve uma construção, já que tais vestígios não são produto do arrastamento por parte das águas e elas tão pouco mostram sintomas de típicos do rolamento das águas. O pequeno montículo rochoso, onde foi construído o castelo de Lapela, estava a salvo das cíclicas inundações que normalmente ocorriam nas invernias mais ferozes. Só em situações muito graves é que o rio subiria até àquele ponto.

A presença de um edifício romano ou alti-medieval, neste montículo junto ao rio e a uma das suas passagens naturais, muito naturalmente coloca algumas interrogações. Pertencem eles a uma casa agrícola? São de um refúgio de pescadores? Teria ali havido uma taberna/estalagem, como normalmente acontece junto da travessia de um rio? Pertenciam ao telhado de um *fanum* relacionado com o culto das águas ou a uma divindade propiciadora da passagem?

Se estas são algumas das hipóteses, outras poder-se-ão levantar. De qualquer modo, só futuras escavações que abarquem espaços bastante mais amplos que aquele que agora foi sondado, poderão fazer luz sobre uma realidade que precisa, necessariamente, de ser aprofundada.

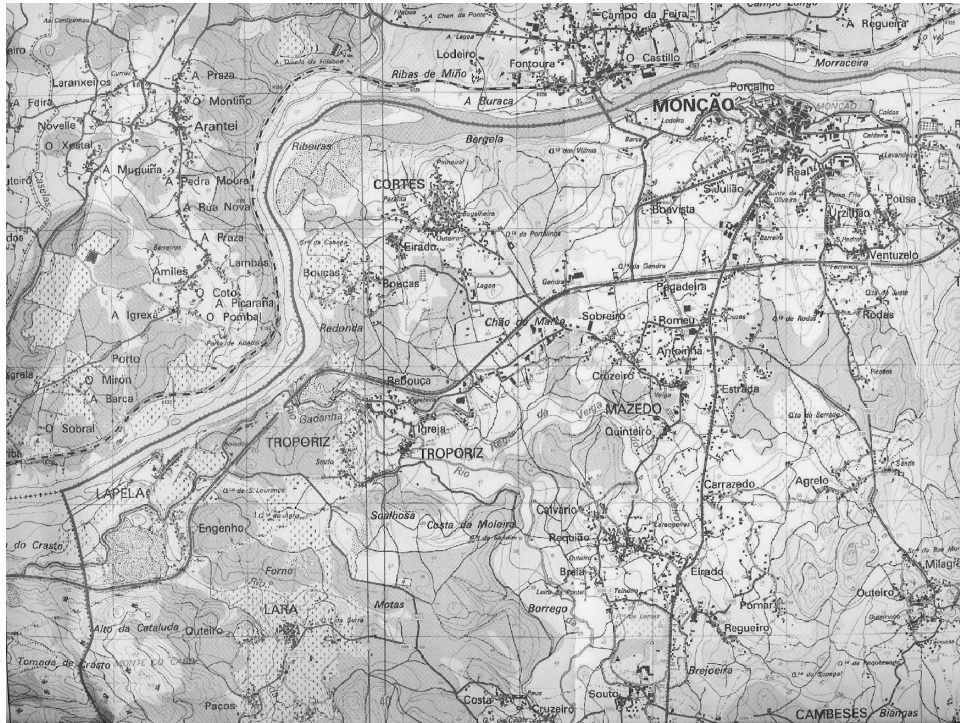
**BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *O sistema defensivo da Vila de Melgaço*, Melgaço, 2003
- ARMAS, Duarte d' – *Livro das Fortalezas*, ANTT e Inapa, Lisboa, 1977
- AZEVEDO, Rui de et alii – *Documentos de D. Sancho I*, Univ. de Coimbra, Coimbra, 1979
- BARROCA, Mário Jorge – *D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa*, Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, Vol. XV, Porto, 1998
- CALDAS, Eugénio de Castro - *Terra de Valdevez e Montaria de Soajo*, Lisboa, 1994
- CAPELA, José Viriato - *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas memorias Paroquiais de 1758*, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, Braga, 2005
- CONDE D. PEDRO – *Crónica Geral de Espanha de 1344* – Ed. de L.F. Lindley Cintra, Vol. IV, Lisboa, 1990
- COSTA, Avelino de Jesus da – *Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*, In Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto, Ponte de Lima, 1981
- GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Ed. Carvalhos de Basto, Braga, 1992
- GUERRA, L. Figueiredo da – *O Regional*, Monção, 1914
- LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, Livraria Civilização, Porto, s/d
- LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, Livraria Civilização, Porto, s/d
- MATTOS, Gastão de Mello de – *Os Terços de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, 1940
- MARQUES, José – *Viajar em Portugal nos séculos XV e XVI* in Revista da Faculdade de Letras, II Série, Vol. XIV, Porto, 1997
- MARTINS, Mário – *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, 1957
- OLIVEIRA A. Lopes de – *Valença do Minho*, Póvoa de Varzim, 1978
- PINA, Rui de – *Crónicas de Rui de Pina* (Introdução de M. Lopes de Almeida), Lello & Irmão Editores, porto, 1977
- PINTOR, Bernardo – *Melgaço Medieval*, Braga, 1975
- REIS, António Matos – *Castelos do Alto Minho*, Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo, 1985
- ROCHA, J. Marques – *Monção, uma monografia*, Gondomar, 1988
- SANTOS, Frei Manuel dos – *Monarquia Lusitana*, Parte Sexta, Sétima e Oitava, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1988
- SELVAGEM, Carlos - *Portugal Militar*, Lisboa, 1931
- TAROUCA, Carlos da Silva – *Crónica de D. Dinis*, Coimbra, 1947.

**Fontes**

- AHM, 3ª Div., 9 Secção, Caixa 2.
- ANTT - Chancelaria de D. Pedro I.
- ANTT - Chancelaria de D. João I
- PMH – Portugalia Monumenta Historica, Inquisitiones, 1ª Alçada.
- DMP-DR – Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios, Lisboa, 1958.



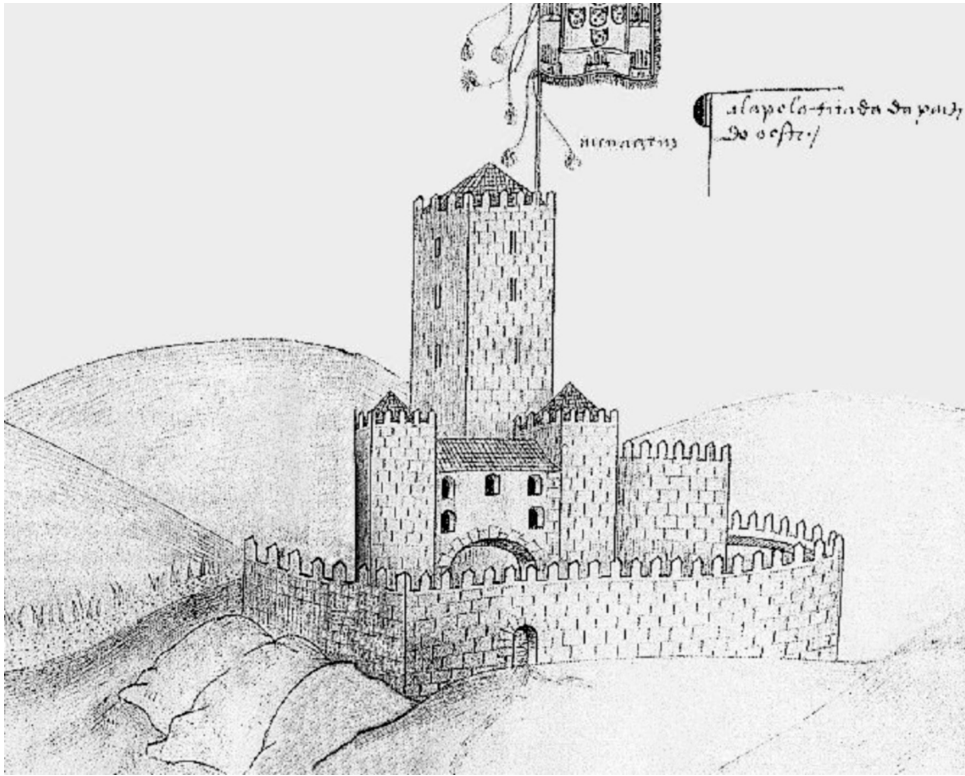


**Fig. 1** – Carta na Esc. 1/25.000



**Fig. 2** – A Torre da Lapela





**Fig. 3** – O Castelo de Lapela segundo Duarte D'Armas



**Fig. 4** – A torre de Lapela na actualidade

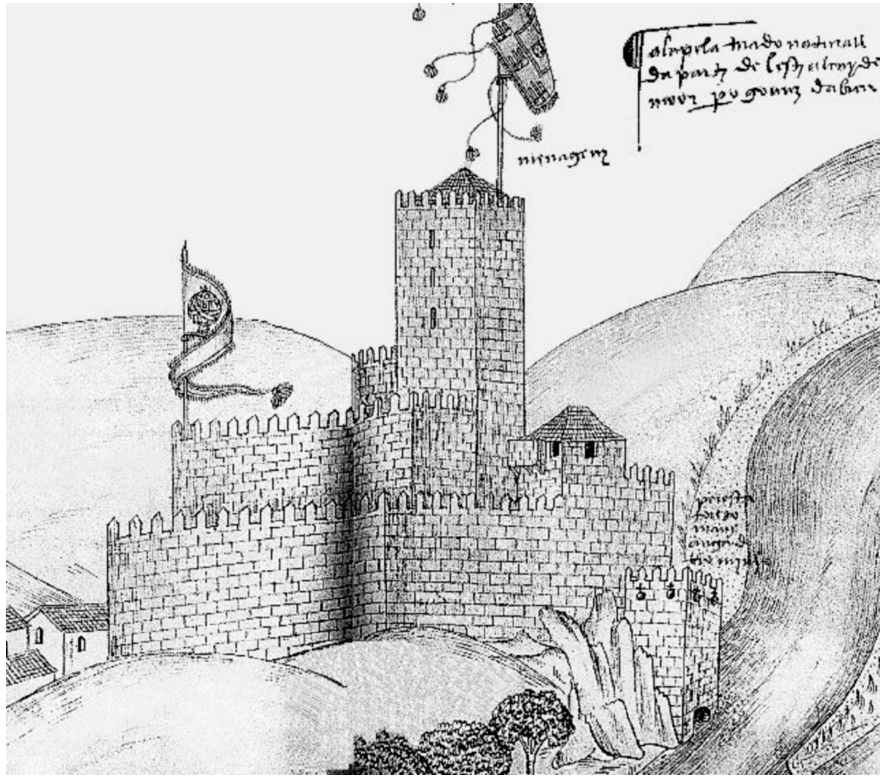


Fig. 5 – Vista do Castelo de Lapela do lado da Galiza



Fig. 6 – Localização do núcleo urbano de Lapela

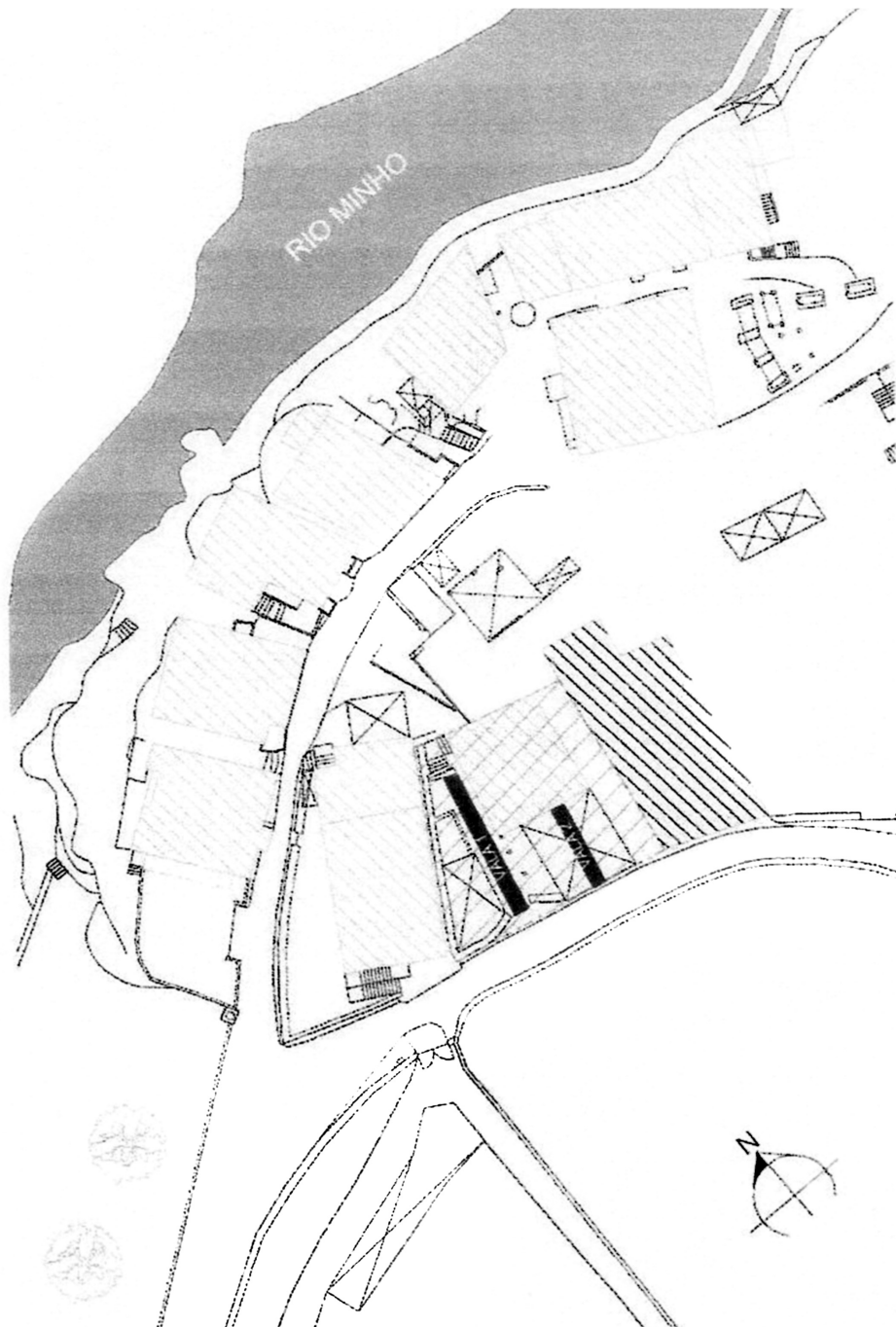




**Fig. 7** – Casa da Rua do Rio onde se fez a intervenção arqueológica



**Fig. 8** – Quinteiro da casa onde se fez um das sondagens



**Fig. 9** – Localização das valas de sondagem

VALA 1 - PERFIL SUL

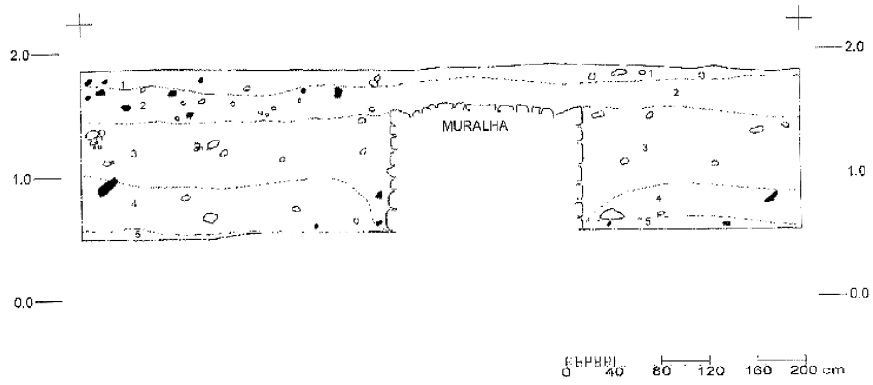


Fig. 10 – Perfil estratigráfico da Vala 1

VALA 2 - PERFIL SUL

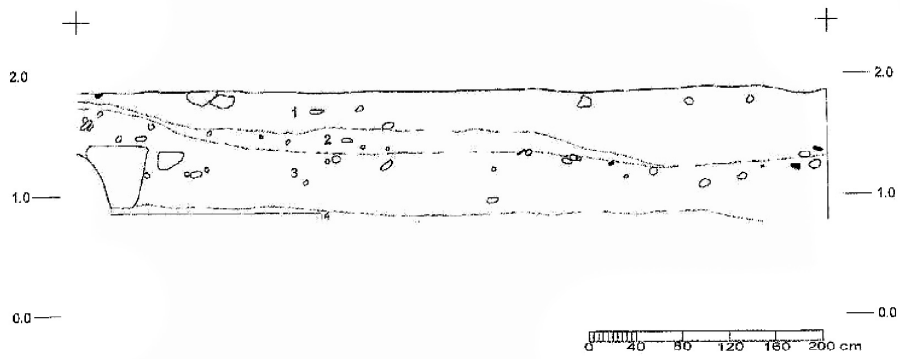


Fig. 11 – Perfil estratigráfico da Vala 2





**Fig. 12** – Alicerce da muralha



**Fig. 13** – Perfil do alicerce da muralha

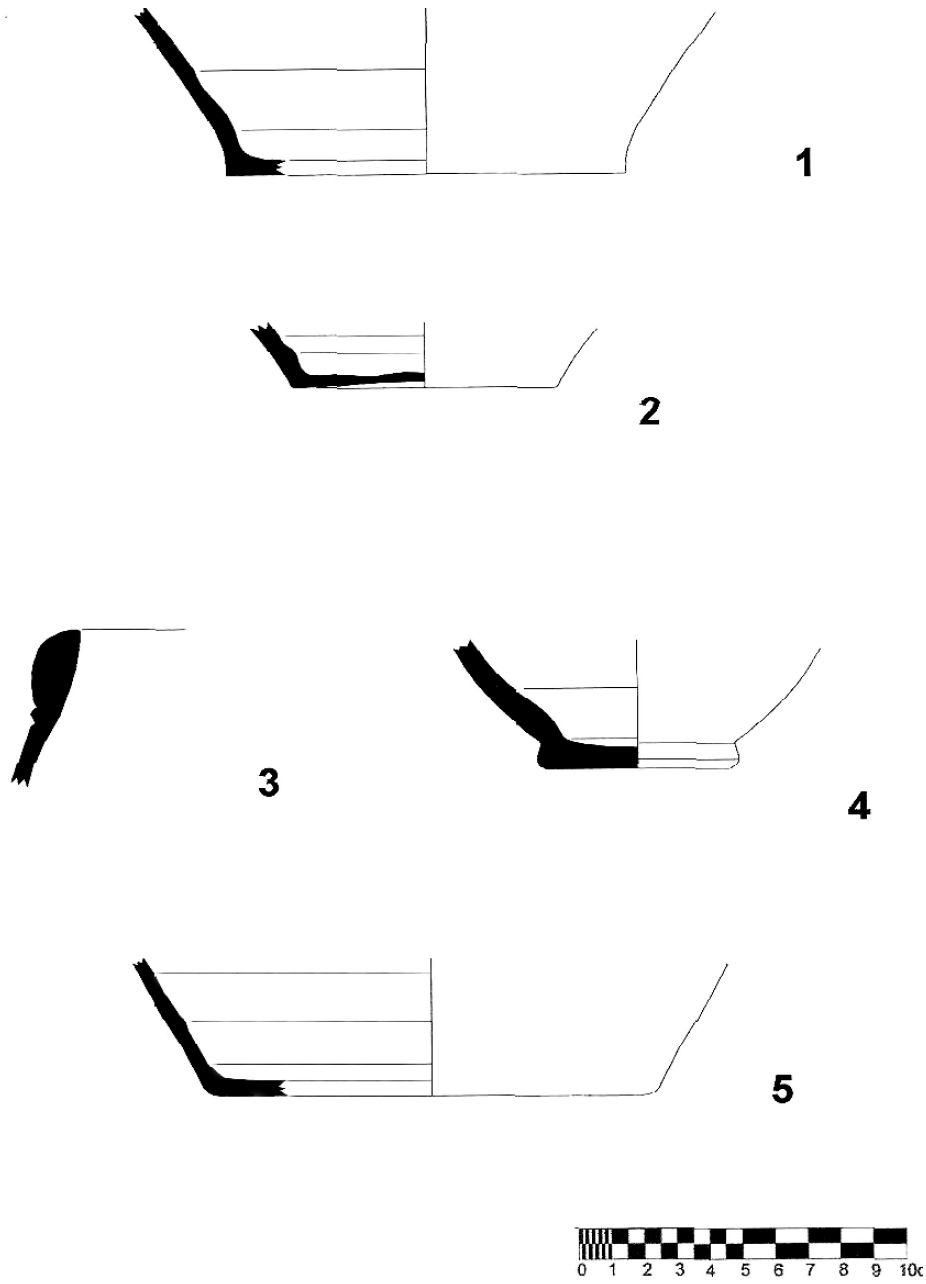
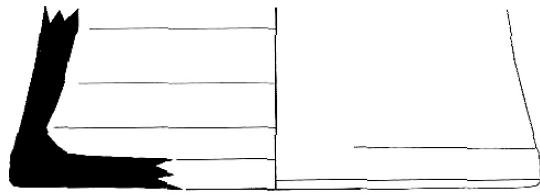
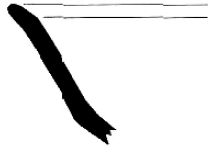


Fig. 14



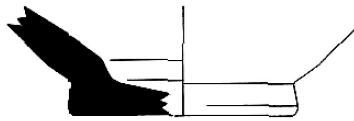
6



7



8



9

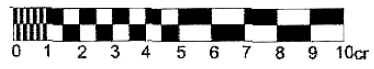


Fig. 15





**Fig. 16** – Ponte romana da Calçada em Tropoziz



**Fig. 17** – Silhares rectangulares providos de almofadado romano





**Fig. 18** – Tropoz - Ponte da Igreja. Construção em leve cavalete do séc. XV/XVI



**Fig. 19** – Tropoz - Arco redondo da Ponte da Igreja





**Fig. 20** – Troporiz – Arco pequeno da Ponte da Igreja